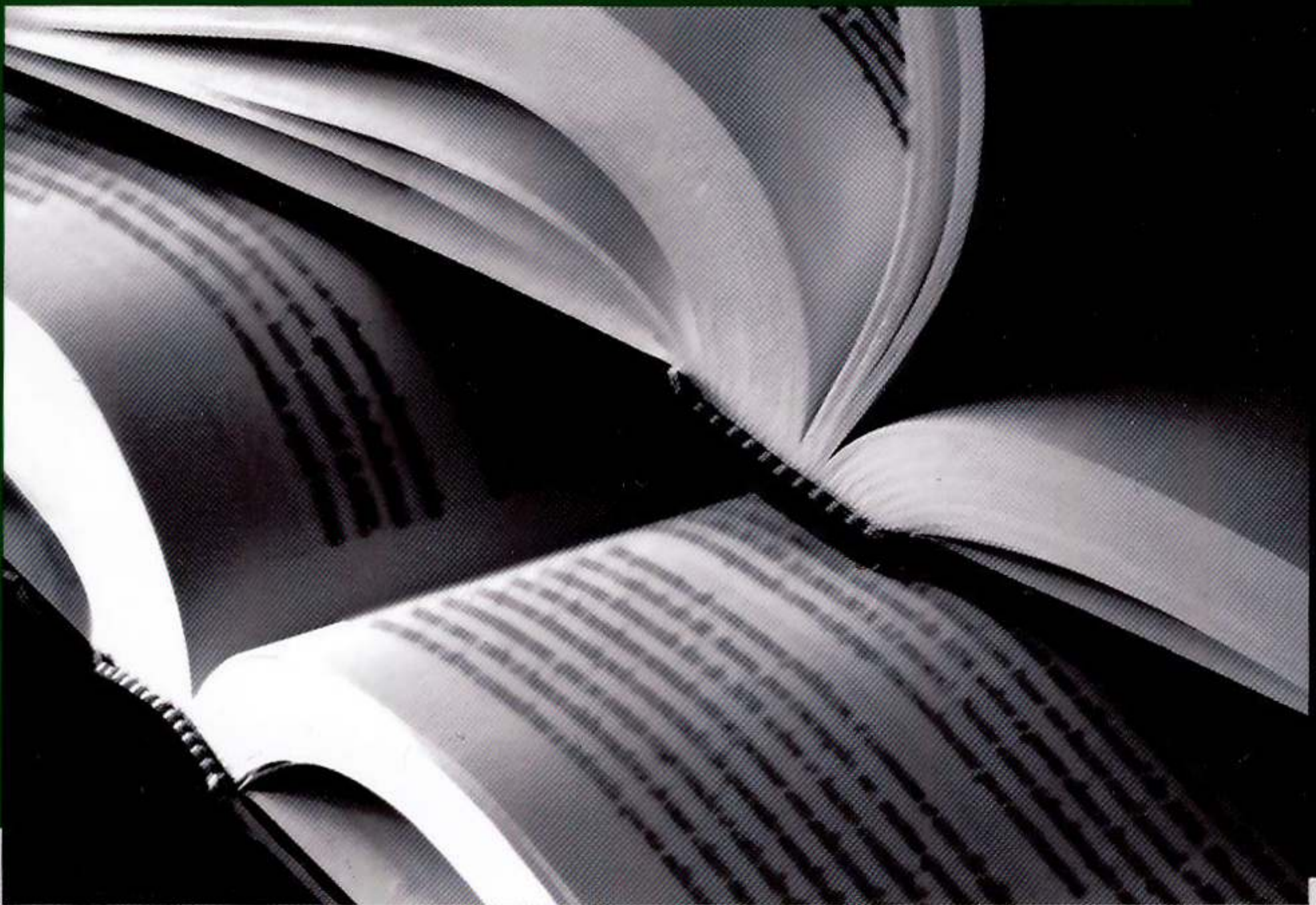


SÉRIE MONOGRAFIAS DO CEJ

Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto



Democratização do acesso à Justiça: análise dos juizados especiais federais itinerantes na Amazônia Legal brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL.....	19
1.1 O que é o acesso à Justiça?.....	22
1.1.1 Acepções do termo “Acesso à Justiça”	23
1.1.2 Evolução do “Acesso à Justiça”	27
1.1.3 As “ondas reformatórias” de Cappelletti e Garth	32
1.2 Origem do acesso à Justiça no Brasil	36
1.3 O acesso à Justiça pós-Constituição de 1988.....	40
1.4 Identificação da realidade brasileira.....	44
1.4.1 Dificuldades de acesso físico à Justiça.....	47
1.4.2 Os índices sociais e os custos do processo	54
1.4.3 Demanda reprimida e volume de processos	62
1.4.4 Tempo de tramitação dos processos.....	69
1.4.5 Direitos transindividuais.....	75
1.5 Alternativas para efetivação do acesso à Justiça no Brasil	82
1.5.1 Assistência Judiciária	83
1.5.2 Fortalecimento do Ministério Público.....	86
1.5.3 Instituição das Defensorias Públicas	90
1.5.4 Conciliação e arbitragem.....	95
1.5.5 Tutela coletiva	100
1.5.6 Tratamento das pequenas causas.....	106
2 JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS.....	109
2.1 Histórico	110

2.1.1	Origem e evolução dos juizados especiais no Brasil	113
2.1.2	Os juizados especiais de pequenas causas.....	117
2.1.3	Juizados especiais estaduais	123
2.1.4	Juizados especiais federais.....	133
2.2	Princípios informadores dos juizados especiais.....	143
2.2.1	Princípio da oralidade	147
2.2.1.1	Princípio da imediação.....	150
2.2.1.2	Princípio da identidade física do juiz.....	151
2.2.1.3	Princípio da concentração dos atos processuais.....	152
2.2.1.4	Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias	154
2.2.2	Princípio da simplicidade	157
2.2.3	Princípio da informalidade	159
2.2.4	Princípio da economia processual	161
2.2.5	Princípio da celeridade processual	163
2.2.6	Princípio da busca da conciliação ou transação.....	167
2.3	Inovações e peculiaridades da Lei n. 10.259/2001	172
2.4	O tratamento das ações previdenciárias e assistenciais	186
2.4.1	Os direitos à previdência e à assistência social.....	188
2.4.1.1	Processo previdenciário nos juizados especiais federais	192
2.4.2	Processamento dos feitos nos JEFs	197
2.4.3	Os números dos JEFs	201
2.4.3.1	O processo de interiorização.....	201
2.4.3.2	Movimentação processual	207
3	OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ITINERANTES NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	217
3.1	A Justiça itinerante	219
3.1.1	Origem e conceito da Justiça itinerante brasileira.....	220
3.1.1.1	O novo modelo de Justiça itinerante.....	223
3.1.1.2	Um novo conceito de Justiça itinerante	225

3.1.2	Previsão legal da Justiça itinerante e a Emenda Constitucional n. 45/2004.....	227
3.2	Os juizados especiais federais itinerantes	232
3.2.1	Jurisdição e competência dos juizados especiais federais itinerantes.....	237
3.2.1.1	Evolução e conceito de jurisdição	237
3.2.1.1.1	As concepções de Chiovenda e Carnelutti	239
3.2.1.1.2	A concepção contemporânea de jurisdição.....	241
3.2.2	Competência.....	243
3.2.2.1	Competência dos juizados especiais federais	246
3.2.2.2	Competência dos juizados especiais federais itinerantes	252
3.3	Os juizados especiais federais itinerantes no âmbito da Primeira Região	254
3.3.1	Organização e funcionamento	256
3.3.2	Modalidades dos juizados especiais federais itinerantes	260
3.3.3	Realidade regional e obstáculos encontrados	262
3.4	A experiência dos juizados especiais federais itinerantes na Amazônia Legal e a efetivação do acesso à Justiça	267
3.4.1	Alternativas e soluções.....	268
3.4.2	Juizados especiais federais itinerantes realizados na Amazônia Legal	272
3.4.2.1	Número de processos julgados.....	280
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	291
5	REFERÊNCIAS	295